



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638701 - SP (2021/0001640-1)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
RODOLFO MARQUES DA SILVA - SP242870  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LUCIANO DOS SANTOS ARAUJO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCIANO DOS SANTOS ARAUJO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravos em Execução n. 0010930-91.2020.8.26.0482).

O paciente cumpre penal total de 32 anos, 2 meses e 10 dias de reclusão, pela prática de 5 roubos, latrocínio tentado e sequestro, além de cárcere privado, com término de cumprimento de pena previsto para 20/12/2038 (fl. 65).

Impetrado prévio *writ* na origem, em que a defesa pleiteou a reforma de decisão do juiz da execução que indeferiu pedido de progressão do agente para o regime semiaberto, a ordem foi denegada.

O impetrante sustenta que o paciente faria jus ao deferimento da benesse, considerando que o fundamento para seu afastamento seria inidôneo.

Aduz que a falta grave utilizada como motivo para afastamento da progressão de regime não seria apta para tal finalidade.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja deferida a progressão de regime ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, haja vista que, em princípio, os motivos que justificaram a manutenção do afastamento da benesse mostraram-se concretos e pautados na gravidade do fato, tendo destacado o colegiado impetrado que se trata de faltas "de especial gravidade, considerando que consistem em rebelião, cárcere

privado, subversão, arma improvisada, desobediência, dentre outras" (fl. 65).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente